



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO V - Número 50
Brasília, 10/10/2011

Direitos para as domésticas

No ano em que a Constituição Federal - também conhecida como Constituição Cidadã - comemora 20 anos, o governo federal estuda alterar o seu artigo 7º para que direitos trabalhistas como horas extras, jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 semanais e o recolhimento obrigatório do FGTS sejam garantidos aos trabalhadores domésticos. Para isso, será proposta uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). A alteração do texto constitucional é proposta da SPM em cumprimento às ações estabelecidas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A mudança vai beneficiar quase sete milhões de domésticos no Brasil. O atual texto constitucional garante aos trabalhadores em geral 34 direitos, aos domésticos estão reservados apenas nove.



Posse do CNDM I

Na quinta-feira passada (05/06), a ministra da SPM e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Nilcéa Freire, deu posse às conselheiras para o biênio 2008/2010. A solenidade, que ocorreu no auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, em Brasília, iniciou-se com a execução do Hino Nacional na voz de Teresa Lopes e homenagem à ex-conselheira Maria Ednalva Bezerra de Lima, falecida no ano passado. A mesa de abertura foi composta pela ministra Nilcéa Freire, pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, pela secretária-adjunta da SPM, Teresa Sousa, pelas conselheiras de notório saber Clara Charf e Albertina Costa, pela secretária-executiva do CNDM, Susana Cabral, e pela coordenadora da bancada feminina da Câmara dos Deputados, Sandra Rosado.



Nova composição do CNDM I

Com base no Decreto 6.412, o número de integrantes para esse novo mandato passou de 36 para 40, sendo 16 representantes do Poder Público Federal; três mulheres com notório conhecimento das questões de gênero a serem indicadas pelo novo Pleno do CNDM; e 21 representantes de entidades da sociedade civil, de caráter nacional. A proposta de renovação do CNDM foi resultado de um amplo processo que contou com a participação de todas as conselheiras. A eleição ocorreu no dia 15 de maio e foram eleitas 14 entidades titulares na categoria A (redes e articulações feministas e de defesa dos direitos das mulheres) e 7 entidades titulares na categoria B (organizações de caráter sindical, associativo, profissional ou de classe). Participaram da votação todas as entidades habilitadas pela Comissão de Validação das Candidaturas, composta por cinco integrantes, sendo duas conselheiras governamentais e três conselheiras da sociedade civil, todas

AGENDA

Presidência Pró-tempore do Mercosul

A partir de julho, a Presidência Pró-tempore do Mercosul e, conseqüentemente, a da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul (REM) será exercida pelo Brasil. Em novembro, a XX REM ocorrerá no Brasil.



ONU discute feminização da Aids I

De 10 a 12 de junho, ocorrerá em Nova Iorque, a Reunião de Alto Nível sobre HIV/Aids. Diferentes países participantes devem apresentar os progressos que têm sido obtidos no enfrentamento a epidemia. A ministra estará acompanhada por uma delegação do Ministério da Saúde, coordenada pela Dra. Mariângela Simão do Programa Nacional de DST/Aids, e de representantes do Ministério de Relações Exteriores, além de representantes da sociedade civil.



ONU discute feminização

referendadas pelo atual CNDM.

Nova composição do CNDM II

As entidades titulares do CNDM na categoria A são: Fórum Nacional de Mulheres Negras; Articulação de Mulheres Brasileiras; Confederação de Mulheres Brasileiras; Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia; Movimento de Mulheres Camponesas; Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos; Rede Nacional Feminista de Saúde; União Brasileira de Mulheres; Fórum de Mulheres do Mercosul; Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica; Rede Economia e Feminismo; Marcha Mundial de Mulheres; Articulação de Ongs de Mulheres Negras Brasileiras; e Liga Brasileira de Lésbicas. A Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil foi eleita como suplente, nesta categoria.

Nova composição do CNDM III

As entidades eleitas do CNDM na categoria B são: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; Central Única dos Trabalhadores; Ordem dos Advogados do Brasil; Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar. Também foram eleitas, como suplentes na categoria B: a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Vitória das mulheres

A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou o Projeto de Lei nº 2.398/2006 que cria a Central de Atendimento Unificado à Mulher Vítima de Violência. A proposição tem o objetivo de prestar atendimento, em um mesmo local, nas seguintes áreas: policial, hospitalar e orientação jurídica. A central funcionará 24 horas por dia, ininterruptamente.

Missão no Haiti I

No encontro entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Haiti, René Préval, na quarta-feira (28/05), foi assinado pelo Chanceler Celso Amorim, pela ministra Nilcéa Freire e pela ministra Marie Laurence Lassègue, da Condição Feminina e dos Direitos das Mulheres do Haiti, termo de cooperação que instaura a segunda fase da contribuição brasileira para o Plano Nacional para o Combate à Violência contra as Mulheres, no Haiti. Lá, os índices de violência doméstica e estupro são muito elevados. No ato, além da ministra Nilcéa, estavam presentes representantes dos órgãos responsáveis pela execução dessa cooperação Sul-Sul Brasil e Haiti. Durante dois anos, período de execução da segunda fase do projeto, serão aplicados U\$ 296 mil. Os recursos são do governo brasileiro, da ONU e

da Aids II

Nesse evento, a ministra Nilcéa Freire participará dos painéis "Como podemos progredir a partir dos resultados já obtidos e acelerar os trabalhos com vistas ao atingimento do acesso universal em 2010 e dos Objetivos do Milênio em 2015" e "Fazer a resposta à Aids funcionar para mulheres e meninas - equidade de gênero e Aids". A proposta é revisar o progresso obtido até o momento e concentrar-se nas lacunas e ações necessárias, nas esferas nacional, regional e global, levando em conta elementos dos relatórios de progressos nacionais. Durante o primeiro painel, a ministra terá oportunidade de em nome do governo brasileiro apresentar os resultados alcançados pelo Brasil.

ONU discute feminização da Aids III

Antes da Reunião de Alto Nível, a ministra Nilcéa Freire participa hoje (09/06), em Nova Iorque, como debatedora do evento especial das Nações Unidas "Acesso Universal a preços moderados a diagnósticos, prevenção e tratamento: em busca de soluções sustentáveis".

Cooperação Sul-Sul e empoderamento das mulheres

OXFAM.



Missão no Haiti II

O Brasil também assumiu o compromisso de ajudar o Haiti na elaboração e implementação de programas de cooperação técnica nas áreas de agricultura, segurança alimentar e educação. A maior parte dos 8,9 milhões de habitantes do Haiti ainda depende da agricultura de subsistência; quase metade da população é analfabeta e mais de dois terços não possuem empregos formais. Os presidentes Lula e René Préval e os ministros também participaram da solenidade nas instalações da Companhia de Engenheiros do batalhão brasileiro da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah).



Missão no Haiti III

Além da ministra Nilcéa Freire e do chanceler Celso Amorim, faziam parte da comitiva os ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, da Defesa, Nelson Jobim, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, e dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, e o comandante do Exército, General Enzo Peri, e o embaixador Gonçalo Mourão.



Agora é Lei!

Passou a vigorar a Lei 12.954, de 5 de maio de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação dos índices de violência contra a mulher no Estado do Rio Grande do Sul. Segundo a legislação, os dados devem conter números de ocorrências registradas pelas polícias Militar e Civil, por tipo de delito, de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil, por tipo de delito, e de inquéritos policiais encaminhados ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.



Entidades apóiam mulheres no MS I

Seis entidades dos movimentos feminista e de mulheres expressaram publicamente, em informe publicitário no jornal Correio do Estado, do Mato Grosso do Sul, apoio às 9.922 mulheres acusadas de prática de aborto numa clínica de planejamento familiar de Campo Grande. O anúncio, publicado em página inteira na edição de 19 de maio, reafirma em seis pontos os direitos das mulheres, demonstrando solidariedade às acusadas e posicionamento político diante da sociedade sul-matogrossense em defesa da liberdade e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Assinam o anúncio: Articulação de Mulheres Brasileiras, Comissão de Cidadania e Reprodução, Comitê Latino-Americanos e do Caribe pela Defesa da Mulher (Cladem), Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, Marcha Mundial de Mulheres e Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.



Entidades apóiam mulheres no MS II

No dia 12, em Washington, Nilcéa Freire se encontra, às 14h, com a vice-presidente e chefe da Rede de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial, Joy Phumaphi, para discutir programas de gênero. Às 16h, a ministra se reúne com a assessora especial da Secretaria de Estado para o Empoderamento da Mulher, embaixadora Tahir-Kheli, e com o embaixador do Brasil em Washington, Antonio Patriota. A pauta: discutir o fortalecimento do papel da mulher no âmbito das Nações Unidas, possibilidades de cooperação no Haiti, cooperação Sul-Sul, redução da mortalidade materna e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.



ACONTECEU

Lançamento do Programa das Yás I

Foi lançado, no último dia 2 de junho, na Capela Ecumênica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o Programa Iyá Àgbá de Apoio as Casas de Matrizes Africanas Lideradas por Mulheres. O objetivo é oportunizar novas possibilidades de trabalho e renda para mulheres da periferia do Rio de Janeiro. Os cursos são nas áreas de culinária e artesanato, reaproveitamento de alimentos, reciclagem de

Entre os demais pontos, o informe publicitário reforça que a acusada do suposto crime de aborto pode ficar em silêncio durante o depoimento na delegacia e que deve estar acompanhada de advogada/advogado ou defensora/defensor público. Afirma o direito à privacidade e à confidencialidade médica; o direito à saúde, à liberdade de crença e pensamento, à liberdade, à igualdade e à segurança como asseguram a Constituição Federal e tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Por fim, o sexto item descreve: "O Brasil é um Estado Democrático e a dignidade humana das mulheres deve ser a base desta ordem social. O respeito a seus direitos fundamentais e aos direitos humanos não é um privilégio, mas um dever do Estado", sendo seguido pela mensagem "Não se deixe pressionar. Você tem direitos que devem ser respeitados".



XIX Reunião Especializada da Mulher I

De 29 a 30 de maio, foi realizada a XIX Reunião Especializada da Mulher do Mercosul (REM), em Buenos Aires (Argentina). A SPM foi representada pela subsecretária de Articulação Institucional, Sônia Malheiros Miguel, e pela ouvidora, Ana Paula Schwelm Gonçalves. Na pauta: feminização da epidemia Aids na América Latina, contribuição das mulheres na economia no âmbito público e privado e participação das mulheres nos espaços de poder. Durante a discussão da participação das mulheres nos espaços de poder, houve um relato de experiência da ministra da Defesa da Argentina, Nilda Garré. Em sua gestão, foi instituído um Conselho de Políticas de Gênero dentro do ministério da Defesa e um Observatório sobre a Integração da Mulher nas Forças Armadas.



XIX Reunião Especializada da Mulher II

Na ocasião, foi aprovada uma proposta de decreto a ser apresentada ao Conselho do Mercado Comum do Mercosul (CMC) criando a Secretaria Permanente da REM, com o objetivo de levar a diante as tarefas administrativas e técnicas da Reunião Especializada da Mulher e como resultado da experiência positiva resultante dos trabalhos realizados pela Secretaria Técnica instituída no período 2005-2007. Também ficou decidido que o CMC recomende a incorporação da perspectiva de gênero nos programas nacionais relativos a HIV/AIDS para combater a enfermidade, reconhecendo a necessidade de promover e proteger os direitos humanos das mulheres e meninas; e o desenvolvimento de ações para serem desenvolvidas pelos estados-partes em comemoração ao 25 de novembro - Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres. Além disso, foram aprovadas duas propostas de parágrafo para serem incluídas no comunicado de presidentes do Mercosul. A primeira, sobre a promoção da ampliação da participação das mulheres nos espaços de decisão política e a representação equilibrada no parlamento do Mercosul. Outra, sobre a violência contra a mulher com a finalidade de implementar políticas integradas na região.



Comissão Técnica de Violência da REM

No dia 28, em Buenos Aires, a Comissão Técnica de Violência da REM

lixo, instrumentalização para a saúde da mulher negra e estão beneficiando cerca de 400 mulheres. Todos os módulos tratam de temas como o enfrentamento ao racismo, ao sexismo e à lesbofobia. O programa tem o apoio da SPM, em parceria com o Criola - Organização de Mulheres Negras e os terreiros de matriz africana Ilê Omiojuarô, Ilê Axé Manjele O, Ilê Ala Koro Wo e Ilê Omulu e Oxum - todos conduzidos por mulheres.



Lançamento do Programa das Yás II

Participaram do ato a ministra Nilcéa Freire, as Iyalorixás Mãe Beata de Iyemanjá, Mãe Meninazinha de Oxum, Mãe Tânia de Yemanjá, Mãe Torody Dógum, Lúcia Xavier - Criola, o reitor da UERJ, Ricardo Castro, e o deputado federal, Carlos Santana, parceiro do programa. Num clima de bastante emoção, foram apresentados os projetos de cada terreiro e alguns resultados dos cursos, como a exposição e degustação de pães, produzidos pelo Terreiro da Iyá Torody Dógum. A UERJ foi escolhida para o lançamento do programa por ter sido a primeira universidade a implantar o processo de cotas para a população negra.



60 anos de Israel

se reuniu com especialistas da área de violência dos estados-partes e associados do Mercosul para dar continuidade a discussão sobre a instituição de um registro unificado regional de notificação dos casos de violência contra a mulher. Essa comissão também encaminhou propostas para a reunião de ministras. Uma delas foi a realização de um seminário regional para analisar a situação das mulheres em situação de prisão, durante a XX REM, que ocorrerá no Brasil em novembro.



Itaipu Binacional na 2ª edição do Pró-Eqüidade I

A reafirmação do compromisso da Itaipu Binacional com a igualdade de oportunidades para as mulheres foi selada no dia 3 de junho, na sede da empresa em Foz do Iguaçu (PR), entre a ministra Nilcéa Freire, da SPM, e o diretor-geral brasileiro, Jorge Samek.

É a segunda vez que a hidrelétrica participa do programa Pró-Eqüidade de Gênero. No encontro, a coordenadora do Programa Pró-Eqüidade de Gênero, Maria Helena Guarezzi, apresentou um balanço do programa e das ações implementadas, o que levou a empresa a ser premiada com o Selo Pró-Eqüidade de Gênero em 2006.



Itaipu Binacional na 2ª edição do Pró-Eqüidade II

Entre os avanços obtidos na empresa estão a dispensa da empregada para acompanhar o filho menor em casos de exames médicos e/ou internamentos, sem prejuízo da remuneração, dispensa para acompanhar o filho menor nas festividades alusivas ao Dia das Mães/Pais, condições especiais de trabalho para as grávidas, garantia dos benefícios da adoção análogos à maternidade (Brasil e Paraguai), horário móvel, criação de vagas para mulheres na Técnica e Segurança, ampliação da participação feminina na Comissão de Ética e Comissão de Reclamação Interna e em cargos de chefia e extensão do auxílio creche, entre outros.



Itaipu Binacional na 2ª edição do Pró-Eqüidade III

Nilcéa Freire visitou a Hidrelétrica de Itaipu e participou de encontro com os trabalhadores da empresa, juntamente com a diretora financeira executiva, Margaret Groot, e com o diretor-geral brasileiro, Jorge Samek. Em reunião com o prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo Macdonald Gisi, com a secretária de Ação Social, Rosilene Beatriz Luck, com a coordenadora do Programa Pró-Eqüidade de Gênero Maria Helena, com a diretora de Responsabilidade Sociambiental, Lilian Dias, com o assistente do diretor-geral brasileiro, Joel de Lima, e com a diretora financeira executiva, Margaret Groot, a ministra apresentou proposta para a construção do Centro Binacional de Referência para Atendimento das Mulheres e Adolescentes em Situação de Tráfico e Vítimas de Exploração Sexual para Fins Comerciais. O Centro será instalado entre as fronteiras do município de Foz de Iguaçu e o Paraguai. Seu funcionamento está previsto para meados do ano que vem e terá enorme importância para a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.



Os 60 anos de criação do Estado de Israel estão sendo festejados amplamente pela população e pelo governo. Entre os dias 13 e 15 de maio, ocorreu a Conferência Presidencial "Enfrentando o Amanhã", em Jerusalém, que contou com a presença da ministra Nilcéa Freire - designada pelo presidente Lula para representar o Brasil - além do presidente do Estado de Israel, Shimon Peres, e pelo primeiro-ministro, Ehud Olmert. A ministra participou das discussões sobre a revolução da internet e das novas mídias, o papel das lideranças nacionais, as descobertas no campo científico e tecnológico, o futuro da economia mundial, geopolítica, entre outros temas.



Embrapa no Pró-Eqüidade de Gênero I

A Embrapa assinou com a SPM, em 20 de maio, termo de compromisso ao programa Pró-Eqüidade de Gênero. A proposta da Embrapa está firmada num plano de ação elaborada e aprovada pela SPM, em consonância com o diagnóstico da própria empresa com relação à equidade de gênero e raça/etnia. Entre as atividades a serem realizadas até o final do ano, estão previstas palestras sobre assédio moral, diversidade,

Prefeituras pactuam o II PNPM

Na região da Bacia do Paraná III, a ministra também lançou o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM). O ato contou com presença de prefeitos dos municípios vizinhos, de outras autoridades e do movimento de mulheres. Dez municípios (Foz do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Ramilândia, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Ouro Verde do Oeste, Medianeira, Vera Cruz do Oeste, Missal, São Miguel do Iguaçu) assinaram o termo de compromisso de implementação do II PNPM. O movimento de mulheres entregou a "Carta aos Candidatos e Candidatas às Eleições Municipais 2008" à ministra. O documento foi deliberado no II Encontro do Movimento de Políticas para as Mulheres da Bacia do Rio Paraná III.

Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone:: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br

gênero, raça/etnia, sexualidade, regionalismo e credo.

Embrapa no Pró-Equidade de Gênero II

Na ocasião, a ministra Nilcéa Freire mencionou as experiências do México e da França como fontes de inspiração para o programa brasileiro. Segundo ela, a versão brasileira já fomentou iniciativas no Chile, Uruguai e Colômbia, as quais serão todas apresentadas em reunião do Banco Mundial, de 12 a 14 de junho, em Buenos Aires (Argentina). "Nosso olhar é de ação afirmativa. Começamos o trabalho de ação afirmativa com as empresas públicas. Por muitas serem do setor elétrico, enérgico e bancário, atingimos as empresas com perfil tradicionalmente masculino", explicou a ministra. De acordo com Nilcéa, o programa não é para beneficiar mulheres, e sim mudar as relações entre homens e mulheres no interior das empresas e reestabelecer um equilíbrio de poder.

Embrapa no Pró-Equidade de Gênero III

O diretor-presidente da Embrapa, Sílvio Crestana, rememorou os avanços que o Brasil vivencia, considerando a atualidade como um momento especial devido

à maior participação das mulheres e dos idosos, entre outros grupos. Em seu discurso, Crestana citou o número reduzido de mulheres em cargos diretivos e nos diversos ramos da empresa. "Esse é um ato de cidadania e civilidade de um país que pretende ser desenvolvido. Vemos que os países desenvolvidos respeitam a diferença. A Constituição Federal determina a igualdade de oportunidades", complementou o presidente da Embrapa.

**Expediente:**

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale (DF 2488JP)

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.